

45
CRISE PRAZO MAIOR PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO E MAIS CRÉDITO

Ajudar de R\$ 36 bilhões

ROOSEWELL PINHEIRO/ABR

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou mais um conjunto de medidas para garantir liquidez no mercado e capital de giro para as empresas, postergando o pagamento de impostos, que deve gerar um alívio de R\$ 21 bilhões, e mais R\$ 15 bilhões para capital de giro por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil.

Durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselhão, Mantega informou que o governo postergará em dez dias a data de pagamento de alguns tributos federais. O recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e PIS e Cofins passará do dia 15 para o dia 25 e do Imposto de Renda Retido na Fonte e da Contribuição Previdenciária, do dia 10 para o dia 20.

"Não vamos fazer nada de muito grande para não comprometermos o superávit primário (economia que o governo faz para pagamento de juros da dívida)", justificou Mantega. Mas, segundo ele, a concessão de 10 dias a mais de capital de giro já será um alívio para as empresas. O ministro anunciou ainda que o governo vai acelerar a devolução de crédito tributário. Segundo ele, será feito um mutirão para devolver os recursos para vários setores. "Será um bom capital de giro para as empresas", disse.

Segundo Mantega, o adiamento do pagamento de alguns

impostos federais deve significar um alívio de R\$ 21 bilhões para as empresas. "É como se as empresas tivessem dez dias a mais para pagar R\$ 21 bilhões. Neste momento, é importante para as empresas ter mais capital de giro", afirmou.

■ Pedido

Ele irá estudar o pedido feito pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, para que se amplie ainda mais o prazo de pagamento da PIS e Cofins. No caso desses tributos, o governo prorrogou o pagamento em apenas cinco dias - do dia 20 para o dia 25 de cada mês. Monteiro Neto pediu ao governo que prorrogue pelo menos até o último dia útil do mês. Mantega explicou que o problema é não embalar o recebimento dos recursos todos no dia 30. "Já há concentração no final do mês. Não sei se não fica ruim colocar mais um imposto vencendo neste dia."

Mantega explicou ainda que não foi possível dar um prazo maior para as empresas porque o governo perderia entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões de arrecadação em dezembro. Se o prazo fosse maior, a arrecadação só entraria nos cofres públicos em janeiro do ano seguinte. "Isso não é possível. Levaria todo o nosso superávit primário. Por isso a gente fez dentro do próprio mês". O ministro informou também que a devolução do crédito tributário ocorrerá ainda este ano.



■ AO LADO DA MINISTRA DA CASA CIVIL, DILMA ROUSSEFF, MANTEGA DISSE QUE MEDIDAS DÃO "UM ALÍVIO"

IMPOSTOS FEDERAIS

Alteração em data de recolhimento

PRINCIPAIS IMPOSTOS	DATA DE PAGAMENTO*
IPI	25
PIS	25
Cofins	25
Contribuição do INSS	20
IR	20

(* De cada mês)

OBJETIVO

- Atacar problemas imediatos e aliviar as empresas, que vão contar com mais capital de giro para enfrentar o momento de turbulência econômica